

# Capítulo IV

## O ensino do jornalismo em Portugal: da “tarimba” ao ensino “à distância”<sup>1</sup>

*Journalism Education in Portugal:  
from “hands on” to remote learning*

**Sandra Marinho**

Universidade do Minho,  
Centro de Estudos de Comunicação  
e Sociedade — CECS  
marinho@ics.uminho.pt

**Resumo:** Este capítulo é um contributo para a história do ensino do jornalismo em Portugal. Contempla a intersecção e articulação de diversos campos — religioso, político, social, económico, cultural ou tecnológico — na construção desse percurso, bem como a evolução do próprio jornalismo e das políticas de educação. Organiza-se em quatro etapas: a primeira, a que chamamos de “pré-científica”; a segunda, de controlo político ou “ditatorial” que vigora durante o Estado Novo; a terceira, de consolidação e de convergência europeia, coincidente com a criação dos primeiros cursos superiores e com a Declaração de Bolonha; a etapa final, aberta, caracterizada pelo ambiente digital, nas redações e no ensino, e pela emergência de novos perfis profissionais. Identifica-se como marca identitária desta evolução a relação entre a classe jornalística e a academia.

**Palavras-chave:** ensino superior; formação; jornalismo; história; Portugal

**Abstract:** This chapter is a contribution to the history of journalism education in Portugal. It contemplates the intersection and articulation of different fields — religious, political, social, economic, cultural or technological — in the construction of this path, as well as the evolution of journalism itself and of education policies. It is organized into four stages: a “pre-scientific” stage; one of political or “dictatorial” control (Estado Novo); a third, of consolidation (with the creation of the first higher education degrees) and of European convergence (Bologna Declaration); and a final and open stage, characterized by the digital environment (both in newsrooms and in classrooms) and the emergence of new professional profiles. The relationship between the journalistic class and the academy is identified as an identity mark of this evolution.

**Keywords:** higher education; training; journalism; history; Portugal

## Introdução

Qualquer proposta de uma “história do jornalismo” — mais universal ou mais local; por regiões ou países; setores de atividade ou meios; de longo ou até de curto prazo, como são os trabalhos que já se dedicam, por exemplo, a traçar a história do jornalismo digital (Scott, 2005; Stober, 2004; Salaverría, 2019; Weber & Napoli, 2018) — implica considerar e articular a intersecção de diversos campos: religioso, político, social, económico, cultural ou tecnológico (Chalaby, 1998, 2001; Carey, 2007). Envolve também a identificação de uma multiplicidade de atores, com mais ou menos poder e com estratégias e interesses de natureza distinta. Passa pela seleção e consulta de fontes de natureza diversa — e que, em certa medida, definem a orientação da “história” que é produzida (Nerone, 2010) — às quais se juntaram os arquivos digitais, cuja relevância motivou até um número especial da revista *Digital Journalism* (Bødker, 2018) e que não só facilitam o trabalho de pesquisa, mas também permitem releituras de perspetivas sobre a história do jornalismo e sobre os eventos que a marcam (Nerone, 2010). E constrói-se pela relação com um campo mais vasto, que é o da história dos *media*. O mesmo sucede, necessariamente, com a proposta de uma “história do ensino do

---

1 Parte do conteúdo deste capítulo integra a tese de doutoramento da autora, posteriormente publicada em livro (Marinho, 2015).

jornalismo”, que, além do mais, tem de se articular com o desenvolvimento e as transformações do próprio jornalismo enquanto profissão e área científica e com a evolução das políticas para a educação.

Esta diversidade de formas de fazer a história do jornalismo traduz também visões do mundo, mais concretamente sobre o mundo que é tido por referência, sobre o ponto a partir do qual se olha o jornalismo como objeto de estudo. Esta condição tem levado a críticas acerca da “ocidentalização”, da “americanização” ou do “eurocentrismo” da história do jornalismo (Gunaratne, 2001; Barrera, 2012) e, certamente, da história do ensino do jornalismo. Admitimos, desde já, que a reflexão que aqui trazemos há de padecer desta mesma “ocidentalização” e até, numa lógica ainda mais reducionista, de uma certa “europeização” e “norte-americanização”, tendo em conta os contextos que diretamente afetam as variáveis que moldam o que poderemos considerar uma história do ensino do jornalismo em Portugal. É, de resto, um enquadramento que tem sido adotado em comparações internacionais sobre a história do ensino do jornalismo (Frohlich & Holtz-Bacha, 2003; Terzis, 2009).

No contexto internacional, Portugal tem sido integrado, em algumas propostas de mapeamento do ensino do jornalismo, de acordo com duas variáveis: o tipo de ensino (“académico”, “não académico”, “não académico e académico” e “formação em serviço”) (Frohlich & Holtz-Bacha, 2003) e em função dos “*media models*” ou dos modelos de “*media governance*” (Terzis, 2009). No que toca ao tipo de ensino, o trabalho de Pinto & Sousa (2003) coloca o caso português na categoria de “académico e não académico”, que agrega casos em que a formação em jornalismo é oferecida pelo ensino superior e também por escolas/instituições de formação profissional, a par de países como a França e a Alemanha (Frohlich & Holtz-Bacha, 2003). Já no que diz respeito aos modelos de “*media governance*”, que resulta das “interrelações entre o mercado, o Estado e a sociedade civil, que afetam os *media*” (Terzis, 2009, p. 21), Portugal integra (Pinto & Marinho, 2009) o grupo dos países com um modelo “mediterrâneo/polarizado pluralista” — que engloba também o Chipre (grego e turco), a França, a Grécia, a Itália, Malta, Espanha e a Turquia —, que partilham características como “baixos níveis de circulação de jornais, uma tradição de ‘*advocacy reporting*’, a instrumentalização de *media* privados, politização do serviço público de rádio e televisão e da sua regulação e um desenvolvimento limitado do jornalismo como profissão autónoma” (Papathanassopoulos, 2009).

Há dois fatores que fazem da história do jornalismo em Portugal um caso particular: a não existência de cursos de graduação nesta área durante o mais longo regime autoritário da Europa (como veremos, todas as tentativas neste sentido foram evitadas ou abortadas) e, em resultado disto, o tardio surgimento do jornalismo no Ensino Superior em Portugal, tornando-o no último país europeu a proporcionar este tipo de curso (Ferreira, 2005; Marcos, 1997) ou, de acordo com outra fonte (Azgin & Bailie, 2009), um dos últimos, se considerarmos o Chipre turco, onde a formação superior em jornalismo terá tido início apenas em meados dos

anos 1990<sup>2</sup>. Atualmente, existe em Portugal uma grande variedade e quantidade de cursos, que chegou até a ser considerada excessiva, e foi, a determinado momento, caracterizada como o “milagre da multiplicação de cursos” (Mesquita, 1995).

Pretende-se, ao longo deste capítulo, assinalar os marcos mais relevantes do percurso histórico da formação em jornalismo em Portugal e evidenciar as questões e debates — por vezes tensões — que foram sendo suscitados pela evolução do campo, dando conta dos intervenientes e agentes implicados e ativos neste processo, bem como de alguns fatores que poderão explicar este percurso, sabendo-se em que contexto se inscreve Portugal: o ocidental e, particularmente, europeu.

### **1. Um percurso histórico em quatro etapas: da tarimba à “revolução digital”**

Esta primeira secção organiza a história do ensino do jornalismo em Portugal em quatro etapas, adotando a proposta de um trabalho que encontrou paralelos entre Portugal e Espanha nesta matéria (Marinho & Sánchez-García, 2020): uma etapa “pré-científica”; uma de controlo político ou “ditatorial” (Estado Novo); uma terceira, de consolidação (com a criação dos primeiros cursos superiores) e de convergência europeia (Declaração de Bolonha); e uma etapa final, aberta, caracterizada pelo ambiente digital (tanto nas redações como no ensino) e pela emergência de novos perfis profissionais.

As marcas transversais a estas quatro etapas encontram-se nas dinâmicas estabelecidas entre os atores principais do debate, os jornalistas e os académicos (ao contrário do que acontece, por exemplo, em Espanha, a Igreja não assume qualquer papel neste percurso e o poder político, sendo relevante enquanto barreira antes do 25 de Abril, afirmou-se posteriormente essencialmente como regulador), numa relação não colaborativa, e até de alguma desconfiança — um traço partilhado com os percursos de outros países (Hannis, 2017), que acabou por se normalizar e evoluir para uma parceria ainda com espaço para crescer. No cerne desta dinâmica e do exercício de equilíbrios entre a academia e a redação, esteve sempre um fator essencial para os jornalistas: o controlo do acesso à profissão.

---

2 Relembramos, por associação, que só também em 1976 é instituído um Código Deontológico para os jornalistas portugueses: “Noutra área-chave para o processo de afirmação e autonomização profissional — o da ética e da deontologia —, é também só depois do 25 de Abril que os jornalistas portugueses (em parte por culpa própria, não só por boicote alheio) estabelecem o quadro de referência que se obrigam a respeitar e que apresentam publicamente como o seu ‘contrato de responsabilidade’ para com a sociedade que dizem querer servir de modo competente, sério e digno” (Fidalgo, 2008, p. 136).

## 1.1 Etapa pré-científica: os primeiros projetos e a organização da profissão

No que toca à formação dos jornalistas portugueses, acreditamos poder dizer-se que esta é uma questão que cedo preocupou os profissionais, ainda que não se tenha traduzido na criação de projetos estruturados. Já nos estatutos de 1880 da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses podia ler-se: “4.º) A Associação estabelecerá preleções e conferências literárias, artísticas, científicas e sociológicas, ou cursos de ensino de qualquer ramo de conhecimentos; e buscará dar impulso à criação de quaisquer escolas populares especiais” (Valente, 1988, p. 23). Embora não possamos deduzir daqui uma preocupação específica com a formação em jornalismo, percebe-se que há um entendimento de que é importante que alguém que exerça a profissão de jornalista adquira um certo número de conhecimentos em determinadas, e variadas, áreas.

No 1.º Congresso Internacional da Imprensa, que decorreu em Antuérpia, em 1894, participa uma delegação portuguesa, que não aborda algumas das questões discutidas, nomeadamente as que respeitam à “formação profissional dos jornalistas” e ao “próprio conceito de jornalista” (Valente, 1998, p. 33). No que diz respeito a este último tópico, é proposta uma formulação que gera polémica entre os participantes: “Um jornalista profissional é aquele que ganha a sua vida unicamente através da sua caneta” (Valente, 1998, p. 33). Em 1898, realiza-se em Lisboa, na Sociedade de Geografia, o 4.º Congresso Internacional da Imprensa<sup>3</sup>, considerado por Machado (2020) um marco incontornável para a história do jornalismo e do ensino do jornalismo, a nível internacional. Da discussão que então se desenrolou sobre as “escolas de jornalismo” resultaria a criação da primeira, em Paris, em 1899 (Marcos, 1997), no ano imediatamente a seguir, ainda antes do surgimento do primeiro curso universitário nos EUA, em 1908, na Universidade do Missouri. A discussão sobre a necessidade de criação de escolas de jornalismo haveria de manter-se, em Portugal, até ao 25 de Abril de 1974, umas vezes apenas sob a forma de debate, outras vezes resultando em propostas e mesmo em algumas tentativas de implementação.

Num inquérito realizado pelo Bureau International du Travail, em 1925, sobre as “condições de trabalho e de vida dos jornalistas” (citado por Valente, 1998, p. 53), e conduzido em Portugal pelo Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, regista-se, tal como no resto do mundo, o desenrolar de um debate sobre a definição de jornalista. Discute-se se o exercício da profissão deve estar reservado só aos “profissionais” ou também aos “amadores”, pendendo a tendência para a primeira hipótese (Weil, 1934, citado por Valente, 1998, p. 55). Neste contexto, contudo, a definição de profissional assenta unicamente no exercício da profissão

3 O 4.º Congresso Internacional da Imprensa juntou em Lisboa 343 jornalistas, de 18 países (só França estava representada por 102) e diferentes ideologias políticas (Sousa *et al.*, 2007). Colocar todos os autores

como ocupação exclusiva e não em um qualquer processo de certificação de capacidades, nomeadamente através de formação. A profissão — “uma das mais jovens profissões do mundo” (Dubief, 1892, citado por Valente, 1998, p. 55) — enfrentava, à época, dois tipos mais significativos de dificuldades: as mudanças nos métodos de gestão dos jornais e a crise económica decorrente da Primeira Guerra Mundial. A “crise moral engendrada pela catástrofe económica”, com uma conseqüente desvalorização do trabalho intelectual, e pela industrialização da imprensa ameaçava “reduzir o pensamento a simples ingrediente da prosperidade comercial da empresa” (Dubief, 1892, citado por Valente, 1998, p. 55).

Ganham, neste contexto, relevância as matérias relativas à organização do trabalho, o que se traduz na apresentação, por parte do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, a 31 de dezembro de 1925, de um projeto de Contrato de Trabalho Jornalístico. Não há registo de que tenha sido implementado ou proposto em qualquer redação, mas é assinalável a definição de profissional que avança: “Não é razoável que tenha exigências quem faz do jornalismo um passatempo, ou uma ridícula exibição de vaidades, quando não um rótulo de negócios escuros” mas “dada a deficiente remuneração do trabalho jornalístico entre nós, raríssimas pessoas poderão fazer dele a sua profissão única e retribuída e daí abrir-se a excepção para os que do jornalismo auferam a maior parte dos seus proventos.” Quanto às categorias superiores a chefe de redação, que não faziam parte do projeto, deverão ser exercidas por “profissionais do jornalismo” e não só por “cavalheiros com habilidade para escrever e que se prestam a subserviências em face das empresas”<sup>4</sup>.

Nesta primeira etapa, não se pode inferir que a formação dos jornalistas fosse um tema central, mas acaba por emergir, por via indireta, associado ao debate em torno do “acesso à profissão”, que, como veremos, será uma marca identitária da história do ensino de jornalismo em Portugal.

## 1.2 Estado Novo: o controlo político da formação em jornalismo (1926-1974)

Os tempos que se seguem, com a instauração do Estado Novo, não foram fáceis para a liberdade de expressão e de reunião (e associação) e, conseqüentemente, para os jornais e para os jornalistas. Num cenário destes, é compreensível que a preocupação primeira dos profissionais e da classe não fossem questões como a formação dos jornalistas, mas outras, mais prementes e essenciais, julgamos, como a liberdade dos cidadãos (e dos jornalistas, em particular). Ainda assim, Sobreira (2003) documenta a tentativa do Sindicato dos Trabalhadores

<sup>4</sup> Transcrito por Valente (1998, p. 64) do relatório de que antecede o projeto, in *Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*, n.º 1, janeiro de 1926, 8-11.

da Imprensa de Lisboa, em 1926, de criação de uma “escola de jornalismo”, projeto que haveria de fracassar e sobre o qual Bento Carqueja, então diretor de *O Comércio do Porto*, emitiu a seguinte opinião: “Assim como não há escolas de poesia, também não as pode haver de formação de jornalistas” (citado por Sobreira, 2003, p. 69)<sup>5</sup>. Por outro lado, de uma forma geral, pode dizer-se que os atores sociais envolvidos neste debate eram jornalistas profissionais, formados nas redações, o que poderá explicar que se advogasse, com mais ou menos veemência, a ideia de que o jornalismo, na sua essência não poderia ser aprendido em escolas ou, indo mais longe, que é uma aptidão nata (Pinto & Marinho, 2009).

Um outro sinal de que a formação/ensino do jornalismo não estava na agenda vem da investigação de Sousa et al. (2007). Uma análise da produção intelectual em Portugal até 1974 revela que apenas 3 de 387 textos (0,8%) poderiam ser classificados como “formação em jornalismo”, todos publicados entre 1930 e 1960. Podemos, assim, deduzir que, relativamente aos tópicos essenciais que orientaram o debate no século passado, identificados por estes investigadores (poderá o jornalismo ser ensinado ou as pessoas nascem jornalistas?; faz sentido haver escolas de jornalismo?; se sim, que tipo de escolas deveriam ser criadas e que tipo de *curricula* deviam ser implementados?), há três perspetivas distintas, sendo que a primeira reúne a maioria de adeptos: as redações são as verdadeiras escolas; a formação especializada é útil, mas não essencial; é necessário haver escolas que treinem jornalistas.

Um outro aspeto a destacar, no que toca aos movimentos para a institucionalização da formação em jornalismo, diz respeito ao envolvimento das elites profissionais. A primeira iniciativa claramente direcionada neste sentido data de 1941, pela mão do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), criado alguns anos antes<sup>6</sup>. Já em 1926, o Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa tinha tomado posição sobre esta matéria, mas sem qualquer consequência (Sobreira, 2003). Em 1941, foi proposto um programa de dois anos (Curso de Formação Jornalística), em que as aulas decorreriam nas instalações do sindicato e os candidatos deveriam ser jornalistas com, pelo menos, um ano de experiência profissional ou indivíduos com pelo menos nove anos de educação formal. O projeto era fundamentado com base na

---

5 A citação de Sobreira das palavras de Bento Carqueja é feita a partir de uma citação retirada de: Cunha, A. (1941). Jornalismo nacional: das malogradas Associações de Imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses, conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, separata do *Boletim do SNJ*, n.º 2, 7-39. No caso desta autora e de outros autores citados nesta secção, optámos por não consultar (e citar) os documentos originais a que eles se referem por dois motivos: antes de mais, consideramos que o trabalho de pesquisa por eles desenvolvido deve ser devidamente reconhecido, principalmente numa área de investigação que conta com tão poucos trabalhos; em segundo lugar, não nos parece que uma consulta dos documentos originais levasse mais longe ou acrescentasse algo de substancial ao trabalho de análise e interpretação já realizado.

6 O Sindicato Nacional dos Jornalistas foi criado em 1934, em ditadura, para representar os jornalistas, nomeadamente na Câmara Corporativa — uma segunda câmara, destinada a representar os homens de negócios e trabalhadores de diferentes áreas, mas totalmente submetida ao poder político. Antes disto, tinham existido associações profissionais, que consideravam os jornalistas ora como “escritores” ora como “trabalhadores da imprensa”, um facto relevante para a análise do processo de constituição do jornalismo como profissão, em Portugal (Valente, 1998).

necessidade de promover a “valorização profissional dos jornalistas e o elevar do seu nível cultural até aos limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa” (*Boletim Informativo do SNJ*, 1941, cit. em Sobreira, 2003). Este projeto pretendia congrega jornalistas e académicos em torno de um conjunto de requisitos/conhecimentos para o exercício da profissão: cultura geral sólida; e competências ao nível da recolha e técnicas de redação e impressão (Correia & Baptista, 2005). A proposta foi apresentada ao governo, mas acabou esquecida, embora Sousa et al. (2007) acreditem que a falta de consenso na classe jornalística possa ter também contribuído para a falência da iniciativa.

Em 1966, o *Diário Popular* organizou o I Curso de Iniciação Jornalística do *Diário Popular*, o primeiro projeto do género alguma vez desenvolvido no país (Correia e Baptista, 2005). Mais tarde, em 1968, o SNJ organizou e implementou o I Curso de Jornalismo, com um modelo pré-universitário, dirigido em particular aos sócios do sindicato, mas aberto aos que o procurassem como forma de iniciação à profissão. A maioria dos formadores eram professores universitários e liceais. Registou-se uma forte adesão, com as inscrições a atingirem as duas centenas, o que complicou a logística, com a heterogeneidade dos formandos (fruto de regime aberto de participação) a criar alguns problemas aos formadores (Correia e Baptista, 2005). Apesar do sucesso da iniciativa, tratar-se-ia de “uma versão muito mais modesta do plano de 1940, para além de claramente enfeudado ao regime” (Correia, 1995, p. 55).

Esta iniciativa de 1968 foi da responsabilidade do SNJ, mas a tentativa de envolver o poder público foi retomada três anos depois, em 1971, num contexto político mais favorável. Com a morte de Salazar, um sucessor (aparentemente) mais aberto e um regime enfraquecido pela Guerra Colonial, a Direção do sindicato aproveitou o facto de ter sido proposta uma vasta reforma para o sector da educação para apresentar um “Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal”. Esta iniciativa também haveria de falhar, mas desta vez, como foi sugerido pelo próprio sindicato, em grande parte pelo facto de haver muitos interesses envolvidos numa eventual tutela do ensino do jornalismo (Costa, 1983, citado por Correia, 1995).

Embora tenha sido o SNJ o primeiro a propor um curso universitário de jornalismo, uma outra instituição, o ISLA (Instituto Superior de Línguas e Administração), a primeira instituição de Ensino Superior privado em Portugal, acabou por atingir este objetivo. Este projeto teve um acolhimento muito favorável junto do governo e, no ano letivo de 1971/72, abriu a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, com a proposta de um curso superior de jornalismo com a duração de três anos. O projeto foi financiado por um banco privado (Banco Borges & Irmão), mas foi comprometido pelo 25 de Abril de 1974. Como resultado da Revolução, as atividades da banca e seguros foram nacionalizadas e a escola foi extinta em 1980 (Correia & Baptista, 2005). Por isso, não consideramos esta iniciativa como referência para a implementação do ensino superior de jornalismo em Portugal, já que terminou pouco depois de ter iniciado e não fomos capazes de garantir a existência de quaisquer graduados (admitimos que existam, mas não encontramos referência a essa circunstância).

Nesta etapa, destacam-se, assim, duas ideias: por um lado, as iniciativas continuam a ser dos jornalistas (do sindicato, mas também de jornais) e vigora a ideia de que o ensino formal não é necessário para se ser jornalista (aprende-se “na tarimba”). Ao contrário do que acontece em Espanha, por exemplo (Marinho & Sánchez-García, 2020), a Igreja não tem qualquer papel neste debate. Num período de ditadura, não houve qualquer interesse por parte do governo em promover a formação dos jornalistas, mas quase se alcança o objetivo de criar o primeiro curso universitário, pela mão do setor privado, já no final do regime.

### 1.3 Consolidação e convergência europeia: o “milagre da multiplicação” de cursos, formação profissional e Bolonha (1974-2008)

Seria, então, apenas em 1979 que surgiria o primeiro curso universitário a reclamar o objetivo de formar jornalistas. Ou seja, se é verdade que foram os jornalistas a conduzir o debate e os esforços pela institucionalização da formação em jornalismo em Portugal, também é verdade que esse objetivo acabou por ser atingido pelos académicos. E só em 1982 passou a ser exigido aos jornalistas para o exercício da profissão o “curso secundário completo” (Cascais, 1998).

Em virtude disto, o primeiro curso universitário que se assumiu com o cunho de fazer formação em jornalismo surge apenas em 1979, na Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), com o nome de Licenciatura em Comunicação Social. No plano de estudos e organização do curso, sentiu-se a influência de académicos portugueses formados no estrangeiro, em particular na Universidade Católica de Lovaina (Bélgica), com um enfoque acentuado nas ciências sociais e humanas e numa lógica “*research-oriented*”, na linha da tendência europeia (Barrera, 2012). O primeiro curso universitário exclusivamente centrado no jornalismo, teve início apenas em 1991, na Universidade de Coimbra (Faculdade de Humanidades).

No final da década de 80, surge uma nova opção ao nível pré-universitário: em 1979, tinha sido incluída, em regime opcional, uma disciplina de iniciação ao jornalismo, no ciclo complementar do Ensino Secundário; e posteriormente abre-se a possibilidade a cursos especializados de jornalismo, integrados nos programas das novas escolas profissionais (Correia, 1995, pp. 56-57).

Em paralelo, registavam-se outras evoluções: em 1983, uma cooperativa de jornalistas do Porto criava o Centro de Formação de Jornalistas (CFJ), destinado a atualizar e reciclar competências e conhecimentos, e três anos mais tarde surge em Lisboa o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR), em resultado de uma aliança entre o IEFP a Direcção-Geral da Comunicação Social e a Associação Nacional de Imprensa Diária e Não Diária (Graça, 2009). Realçamos que a cooperativa a que referimos tinha já sido

expressamente criada — como decisão do 1.º Encontro de Jornalistas do Norte — com o objetivo de albergar o CFJ. Um ano depois do CFJ surgiu a Escola Superior de Jornalismo.

O CENJOR inicia a atividade formativa em 1988. Para Fernando Cascais, antigo diretor do CENJOR, a formação profissional em jornalismo deveria obedecer a um conjunto de critérios: estar em constante reformulação, adaptando os programas à evolução do setor; ser complementar em relação à formação académica superior na área da comunicação e do jornalismo; o conteúdo formativo deveria ser predominantemente prático, baseado no saber-fazer e no saber-analisar criticamente a produção; dar prioridade à formação contínua, privilegiando o aperfeiçoamento, a atualização, a reciclagem e a especialização; promover um equilíbrio formativo entre as técnicas jornalísticas e temas de relevância jornalística; favorecer conhecimentos e fornecer competências técnicas e tecnológicas de modo tão intensivo quanto possível (Cascais, 2004, pp. 88-89).

Para o autor, havia algumas questões essenciais a ter em conta: a formação profissional não deveria ser uma via autónoma de acesso à profissão, mas antes o complemento de outra formação, fosse no Ensino Superior, fosse nas redações (tarimba); a formação profissional seria a via mais flexível e imediata de atualização e especialização; enquanto a formação académica aproxima os futuros jornalistas do público, a formação profissional aproxima-os da profissão e das empresas, contudo, considerava que a formação exclusivamente interna (*in house training*) era “uma via para a deformação profissional” (Cascais, 2004, p. 88). Estamos, assim, perante uma relação complexa entre a formação académica, a formação profissional e as empresas, que faz emergir uma outra questão, a “contradição das exigências”: “ao mesmo tempo que aumenta a exigência ao nível da formação do candidato a jornalista, diminui a exigência do trabalho que se pede nas redações a esse candidato” (Cascais, 2004, p. 89).

Já em 1998, ao referir-se às mudanças que vinham ocorrendo no campo da comunicação, e às suas consequências para o exercício do jornalismo, Fernando Cascais relacionava-as também com a formação dos jornalistas e alertava para as consequências de um aumento das exigências culturais e tecnológicas: “a falta de preparação conduz, a qualquer momento, a falhanços que podem valer a própria carreira profissional” (Cascais, 1998).

A convivência entre a formação profissional e o Ensino Superior foi (e continua a ser) pacífica, já que nunca se verificaram duas condições que poderiam ser fonte de disputa. Por um lado, a possibilidade de uma “ameaça” à formação profissional por parte dos politécnicos, o que nunca aconteceu, porque nunca se afirmaram como claramente distintos do ensino nas universidades. Havendo uma mudança nesse sentido e aproximando-se o ensino politécnico da sua vertente técnico-profissional, poderemos vir a verificar alguma disputa, no que toca à formação inicial (para quem quer entrar na profissão). Um outro tipo de tensões poderia vir a colocar-se no âmbito da formação em serviço, caso as universidades fizessem uma aposta consistente na “formação contínua”, o que também não tem acontecido ao nível do ensino do jornalismo. A verdade é que, de facto, a flexibilidade e velocidade na capacidade de resposta

às necessidades de quem está nas redações está claramente do lado da formação profissional.

Como referimos, desde a criação do primeiro curso, em 1979, assistiu-se a um crescimento da quantidade e diversidade dos cursos que oferecem formação superior em jornalismo e identificam a profissão de jornalista como uma das saídas profissionais dos seus graduados, um aumento que tem sido considerado excessivo. Este crescimento atinge um pico em 2006 e 2007, com 32 cursos; estabiliza nos anos seguintes e começa a decrescer. Em 2021 havia 28 cursos com formação em jornalismo em Portugal (de jornalismo e de ciências da comunicação com especialização em jornalismo) (Marinho, Coelho e Galvão, 2021). Dois destes cursos, contudo, apesar de incluírem a profissão de jornalista como uma das suas saídas profissionais, não integravam em 2021 disciplinas de jornalismo no seu plano de estudos. Este é, naturalmente, um debate a ter noutro contexto, mas importa assinalá-lo num texto que pretende dar conta da evolução do campo e das varáveis que têm determinado esta evolução.

Durante este período, o ensino superior de jornalismo em Portugal desenvolve-se nas universidades e institutos politécnicos (cursos, em princípio, com vocação mais técnica), com planos de estudo muito alicerçados nas ciências sociais e humanas, à semelhança do “curso fundador” de 1979 (Mesquita & Ponte, 1997). Há debate sobre a formação, com a participação de académicos e jornalistas, mas muitas vezes continua a desenrolar-se a vozes separadas. A discussão centra-se na dicotomia teoria vs prática (com os jornalistas e os estudantes e criticarem muitas vezes o ensino demasiado teórico); persiste a ideia de que não é certo que seja necessária formação específica para o exercício da profissão; fala-se do excesso de cursos e licenciados; e aponta-se a relação complicada entre as universidades e o mercado de trabalho (Coelho, 2105).

Este período termina com a implementação, em Portugal, da Declaração de Bolonha (em 2007 e 2008), que implicou, como nos outros países signatários, a redução dos cursos de licenciatura de cinco para três anos e criou o sistema de três ciclos, com estas consequências: a estabilização do crescimento de cursos de 1.º ciclo; um aumento dos mestrados (2.º ciclo) e doutoramentos (3.º ciclo); e alterações profundas nos planos de estudo. Nesta matéria, cresce o peso das ciências sociais e humanas e aumenta consideravelmente a área do jornalismo; aumentam as disciplinas práticas e laboratoriais; e cresce acentuadamente o peso da área tecnológica, digital e multimédia (Marinho, 2015). Estas alterações parecem ir ao encontro das aspirações do mercado de trabalho e, muitas vezes, dos estudantes de jornalismo.

#### 1.4 A adaptação ao ambiente digital e aos novos perfis profissionais (2008 — até ao presente)

Este último período começa, assim, com a implementação da Declaração de Bolonha e a reorganização da oferta de formação em jornalismo no Ensino Superior, no que diz respeito

aos cursos disponíveis e aos planos de estudo. Este processo coincide, em boa medida, com o processo de digitalização do jornalismo e as consequentes alterações nas rotinas de produção dos jornalistas, nos formatos de publicação e nos usos das audiências. Trata-se de um fenómeno ainda em curso, vastamente investigado, com um enorme alcance do ponto de vista das suas consequências para as redações e para a prática jornalística e, necessariamente, para a formação em jornalismo.

A adaptação do Ensino Superior ao Processo de Bolonha foi imediata em Portugal: nos anos letivos de 2006/07 e 2007/08 todos os cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento foram harmonizados. Tal como referimos, no que diz respeito aos cursos de 1.º ciclo de jornalismo e ciências da comunicação (com especialização em jornalismo), isto implicou uma redução para três anos, com necessárias alterações: o desaparecimento dos estágios em muitos cursos das universidades (nos politécnicos a tendência foi mantê-los); o crescimento das disciplinas de jornalismo à custa da área das ciências sociais e humanas e o vincado aumento da componente prática e laboratorial e da área do digital e multimédia (Marinho, 2015). Estas mudanças lançaram o mote para a tendência dos últimos 15 anos e têm marcado a discussão.

Os desafios colocados à formação pela realidade do jornalismo multimédia e multiplataforma, que obtiveram resposta com o crescimento das disciplinas tecnológicas e dos laboratórios, têm estado presentes na agenda, seja acerca dos perigos que encerra uma subordinação do ensino do jornalismo à tecnologia (Coelho, 2016a; Coelho, 2016b; Sánchez-García & Marinho, 2016), seja acerca das dificuldades que enfrentam os professores de jornalismo (Marinho, 2015). Outro tópico que vai ganhando relevância é o do papel dos “jornais-laboratório” na formação dos estudantes (de iniciativa dos estudantes e com gestão independente ou associados aos cursos, com intervenção de professores), uma experiência em crescimento, provavelmente também por força do desaparecimento do estágio de diversos planos curriculares.

Realçamos um aspeto que começa a fazer caminho neste período: parece desenhar-se uma vontade de maior colaboração entre a academia e os jornalistas, um aspeto considerado vital para a formação e para o jornalismo (Marinho, 2015) e formulado nos termos de uma “aliança estratégica” (Coelho, 2015). Um exemplo desta colaboração é o Repórteres em Construção (REC), criado em 2017, um projeto colaborativo de ensino de reportagem, que agrega jornalistas, estudantes, empresas e professores de todo o país (Coelho e Marinho, 2022).

Ainda que a adaptação dos planos de estudo às novas exigências colocadas pelo jornalismo multiplataforma tenha sido mais rápida em Portugal do que, por exemplo, na vizinha Espanha (Sánchez-García & Marinho, 2016) e em outros países europeus, coloca-se, atualmente, a mesma questão em ambos os países: perceber até que ponto poderá estar a dar-se um peso excessivo às disciplinas de cariz tecnológico e que formas existem de reintegrar os temas das ciências sociais e humanas nos planos de estudo (o que não significa necessariamente que isto seja feito através da inserção de disciplinas), promovendo um reequilíbrio

(Sánchez-García & Marinho, 2015). Igualmente, procura-se perceber qual é a melhor forma de ensinar “novas” modalidades, como jornalismo multiplataforma, jornalismo de dados ou jornalismo colaborativo, e que recursos têm os professores para, também eles, aprenderem. Acreditamos que estas são questões que marcam e continuarão a marcar esta última etapa.

Sendo um período em aberto, importa assinalar os efeitos de uma realidade que, de forma generalizada, afetou o ensino (em Portugal e no mundo), incluindo a formação em jornalismo: o ensino remoto de emergência, na sequência do confinamento imposto no quadro das medidas de saúde pública para controlar o vírus da Covid-19. Estas medidas — que implicaram, por exemplo, ensinar a fazer jornalismo à distância, redações em casa e estágios curriculares à distância — tiveram um impacto que ainda está por aferir e que deverá continuar a fazer-se sentir nos próximos anos. Do ponto de vista do ensino do jornalismo, por entre um conjunto de dificuldades e novos modos de fazer, professores e alunos viveram a realidade de ensinarem e aprenderem a trabalhar no e para o digital, mas agora num ambiente de ensino e aprendizagem também ele quase exclusivamente digital. Percebe-se já o retomar e restaurar de algumas práticas “pré-confinamento”, mas adivinha-se igualmente a adoção e manutenção de estratégias e rotinas que parecem ter vindo para ficar.

## **2. A relação entre a redação e a academia como marca identitária da história do ensino do jornalismo em Portugal**

O posicionamento que adotámos neste texto foi o de que a história do ensino do jornalismo em Portugal não se faz apenas dos marcos ou factos, mas é indissociável dos debates que — direta ou indiretamente — se geraram em torno dela e dos atores que desencadearam ou integraram estas discussões. E, como vimos nas páginas anteriores, não foi um percurso linear ou desprovido de tensões:

A temática do ensino do jornalismo em Portugal é uma das áreas em que mais explicitamente emerge a conflitualidade das várias estratégias encetadas por grupos distintos que, num longo período de tempo, se bateram pela fixação das fronteiras de um território profissional caracterizado, justamente, pela negociação permanente sobre a extensão das suas fronteiras, a natureza fluida da sua competência e âmbito das regras definidas para assegurar a reprodução do grupo. (Correia & Baptista, 2007, p. 399)

O ensino e a profissionalização dos jornalistas são temas indissociáveis que, desde sempre, revelaram a tensão entre a defesa da formação na tarimba e na escola (Sobreira, 2003). Esta tensão viveu-se durante décadas entre os próprios jornalistas, como tivemos oportunidade de evidenciar, que foram quem mais cedo se interessou por esse debate e o conduziu,

em grande parte, a partir e no seio das suas estruturas associativas. Não significa isto que não tenha havido, à partida, uma vontade de articulação entre académicos e profissionais, mas a verdade é que esse diálogo foi-se perdendo.

Para Sobreira (2003), há dois grandes motivos para a não existência de ensino sistemático em jornalismo até à década de 1980, que são o tipo de regime político vivido em Portugal e o entendimento entre os jornalistas sobre a questão: “Mesmo conseguindo detectar alguma evolução no pensamento e nas atitudes dos jornalistas portugueses, a mensagem principal que os seus depoimentos nos deixam sobre estas matérias é a da divisão de opiniões e conceitos [...] Esta divisão enfraqueceu o poder de reivindicação da ‘classe’ nesta matéria” (Sobreira, 2003, p. 84).

Para a autora, não foi um posicionamento linear. Nas primeiras décadas do século XX, a formação era vista como uma questão secundária e eram raros os defensores do ensino do jornalismo, que era visto como algo meramente complementar: “Julgamos que neste período, face à desorganização e dificuldades materiais da ‘classe’, a formação académica seria vista mais como um luxo do que uma necessidade real. A falta de convicção dos jornalistas e o desinteresse do regime ditaram o fracasso do primeiro projecto do SNJ, em 1941” (Sobreira, 2003, p. 84).

Já Correia e Baptista (2007, p. 401) identificam mais do que desinteresse:

Desde os anos 40 que encontramos esta pretensão nos documentos produzidos no âmbito das actividades do SNJ, expressa de forma consistente, veemente e continuada. Mas, para cada texto defendendo a necessidade de maior escolaridade e profissionalização, encontramos outro que faz radicar o exercício profissional em qualidades quase naturais e que apenas reconhece a sala da redacção como o espaço privilegiado e exclusivo das aprendizagens necessárias ao desempenho do ‘ofício’.

Para Sobreira (2003, p. 84), a década de 1950 é marcada por um discurso “um pouco mais afirmativo”, que defendia a necessidade de uma formação prévia para se ser jornalista e de nível universitário, “à semelhança do que se passava nos restantes países da Europa”, de tal modo que “em 1958, e pela primeira vez, um documento do SNJ coloca, claramente, essa formação no Ensino Superior, mas sem consequências”.

Mas, para a autora, o grande momento de viragem ocorre na década de 1960, quando surgem as primeiras experiências de formação, “ainda que de forma esporádica e fora do ensino profissional”. Ao nível do discurso sobre o tema, refere Sobreira (2003, p. 85) que se constata “uma verdadeira radicalização dos termos usados sobre a necessidade do ensino superior e da sua relação directa com a profissionalização do jornalismo em Portugal”. Também Correia (1995) fala de uma “mudança de atitudes” nesta altura.

Para o autor, houve um conjunto de fatores que concorreram para esta viragem: fatores relativos aos próprios *media* (novas exigências no tratamento da informação, com a valorização do noticioso em desfavor do literário); fatores económicos (uma certa industrialização da imprensa, com a atualização de algumas empresas); fatores políticos (aparecimento, dentro do regime, de uma facção menos ortodoxa, convencida de que a manutenção do sistema exigia algumas mudanças); e fatores sociológicos (entrada na classe de uma nova geração de jornalistas) (Correia, 1995, p. 44).

Relacionada com este último tópico poderá estar uma outra circunstância, capaz de explicar em parte esta viragem de sensibilidade nos anos 60: os efeitos da entrada em cena de “novos meios” no panorama jornalístico português, como a rádio ou a televisão (ainda mais recente). Poderá fazer sentido equacionar que este tenha sido um momento em que, fruto destas novas realidades, se tenha reacendido o debate sobre a profissionalização dos jornalistas e a luta pela redefinição das fronteiras da profissão.

É, aliás, visível a preocupação da classe com a manutenção do controlo sobre o acesso à profissão:

A frieza histórica com que os jornalistas olhavam a universidade traduz também o receio de perder a condução do processo de selecção e “socialização” dos membros do grupo. Apesar da heterogeneidade dos percursos, potenciada pela ausência de um critério estável de recrutamento, a reduzida dimensão do universo profissional e uma certa “endogamia” que presidia às escolhas dos candidatos garantiam a reprodução sem grande adulteramento de uma cultura profissional assente em valores morais de inspiração viril (honra, coragem, verticalidade), qualidades intelectuais (autodidactismo) e normas de relacionamento convivial (solidariedade, entreaajuda). (Correia & Baptista, 2007, p. 401)

Já nos anos 1970, a questão colocar-se-ia em duas vertentes: por um lado, a formação passa a ser referida como “um elemento essencial” e, por outro lado, passa a admitir-se a ideia de que “esse ensino tinha que ser ministrado a nível universitário e de forma sistemática, com um conteúdo teórico que assegurasse não só a preparação prática da profissão, mas também que incentivasse o estudo, o debate e a investigação sociológica sobre o jornalismo/informação” (Sobreira, 2003, p. 84). Forma-se a perceção, entre os jornalistas, de que o jornalismo é uma atividade que “tem de ser aprendida” e também “constituir um objecto de estudo”. Parece começar a desenhar-se uma clivagem, que viria a acentuar-se, entre uma geração mais jovem (na profissão), mais qualificada academicamente e mais aberta à formação e uma geração que continuava a fazer a apologia da tarimba e a reagir aos alunos que começavam a aparecer nas redações, formados pelos novos cursos.

O trabalho de Sobreira (2003) incide sobre o posicionamento do SJ, enquanto estrutura representativa dos jornalistas. Uma outra forma de compreender as suas perceções, já para as décadas de 1980 e 1990, seria a partir das atas das suas intervenções nos três primeiros Congressos dos Jornalistas Portugueses, para além de se continuar a acompanhar o posicionamento do sindicato. Os referidos congressos realizaram-se em 1982, 1986 e 1998, ou seja, pouco tempo depois da abertura dos primeiros cursos universitários (ainda não havia sequer licenciados) (Sindicato dos Jornalistas, 1982); dois anos depois dos primeiros licenciados (o 2.º Congresso) (Sindicato dos Jornalistas, 1986); e já no final da década de 1990 (Sindicato dos Jornalistas, 1998), depois (e ainda durante) da época de grande crescimento dos cursos nesta área, já com vários projetos a funcionar no politécnico e no setor privado e cooperativo e no rescaldo da publicação do trabalho de Mário Mesquita e Cristina Ponte (Mesquita & Ponte, 1997), que faz a caracterização da oferta.

Esta via de trabalho é seguida por Graça (2009), para o 1.º e 3.º Congressos. No primeiro, afirma a autora, “os participantes exprimem um claro incómodo com o ensino do jornalismo então praticado”, que é classificado como “demasiado teórico” com cursos “débeis quanto à aprendizagem técnico-profissional do ofício, sem um corpo docente devidamente habilitado para o ensino das técnicas jornalísticas ou capacidade reconhecida pelo *métier* para credenciar futuros jornalistas” (Mendes, 1982, citado por Graça, 2009, p. 159). Ou seja, embora reconhecessem a necessidade de formação para o exercício da profissão, não viam o ensino universitário como parceiro. Já no congresso de 1998, “os jornalistas reafirmam a séria relutância em relação aos cursos superiores. Estavam agora essencialmente preocupados com o estado do mercado de trabalho, inundado de jovens credenciados à procura de uma cada vez mais escassa oportunidade de emprego” (Graça, 2009, p. 160). Nessa ocasião, denunciam igualmente a “exploração em curso de estagiários” e requerem aos empresários dos *media* “maior investimento na formação e valorização a longo prazo dos seus jornalistas” (Graça, 2009, p. 160).

Este foi, de resto, como vimos, um tema recorrente, a questão dos estágios curriculares, que está associada, como já evidenciámos, à problemática questão do acesso à profissão. Sobre estas questões, Fernando Cascais, no mesmo congresso, exprime uma opinião mais conciliadora:

Uma profissão aberta não é uma profissão sem regras ou sem formação de acesso. A amplitude da formação permitida ao candidato ao exercício do jornalismo não dispensa um percurso e uma prova final, sendo apenas discutível o percurso e o género de prova.

[...] Separem-se então as coisas: uma é a formação, a habilitação, um conjunto de competências adquiridas que conduz, independentemente do vínculo laboral, a uma aptidão, uma certificação profissional para o exercício do jornalismo; outra é o título para o efectivo exercício profissional.

No culminar de um processo de formação está a aptidão para o jornalismo, demonstrável segundo

normas a definir. No início da actividade profissional está o título (a carteira), documento que identifica o portador como detentor de direitos (como o acesso a fontes de informação) e sujeito a deveres (como os deontológicos).

Isto significa que alguém pode estar apto para o exercício da profissão, mas não ter título (carteira). Porque não tem trabalho ou não quer exercer. Mas também significa que quem tem título (carteira) tem seguramente aptidão para o exercício profissional. (Cascais, 1998)

Para o autor, isto levanta, contudo, alguns problemas:

Primeira questão complementar: quem certifica quem. Com a diplomacia suficiente para ultrapassar pequenas escaramuças (tipo a minha escola ou o meu curso é melhor que o outro...), poderá constituir-se, por iniciativa privada ou do Estado, uma comissão acima de toda a suspeita, integrando perfis adequados, nomeadamente profissionais, académicos e empresariais, capaz de analisar e certificar competências adquiridas.

[...] Segunda questão complementar: qual a base da certificação. A realidade e a história recente apontam uma via dupla: formação académica e formação específica. Tendencialmente, a formação base será de nível superior, mas poderão admitir-se outras vias, sujeitas às suas regras. (Cascais, 1998)

O processo de acreditação e avaliação (auditoria) dos cursos do Ensino Superior, incluindo o ensino do jornalismo, acabaria por ser assegurado, a partir de 2007 e até hoje, pela A3ES, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (instituída pelo Estado português através do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro).

Parece, pois, que o percurso de institucionalização da formação em jornalismo pode ser explicado pelo contexto sociopolítico, mas também, e em grande parte, pela forma como a classe jornalística olhou para a formação, que foi sem consenso: ora desnecessária, ora essencial; ora essencial, mas fora das universidades; ora essencial, mas também universitária. Entre a necessidade percebida de legitimação e a vontade de não perder poder, ficando sem o controlo do acesso à profissão. Este é o argumento que transparece da leitura dos trabalhos que trataram esta matéria: a de que para o surgimento de um curso superior era necessário o acordo dos jornalistas. Ora, se isto era efetivamente uma condição essencial, pode parecer inesperado que tenha saído da academia o primeiro projeto consistente de formação (não considerando a iniciativa privada de 1971). O tempo parece ter retirado consistência ao argumento do aval da classe, visto que, afinal, a iniciativa poderia ter vindo de outros agentes, tal como acabou por acontecer.

A verdade é que a formação em jornalismo se institucionalizou, ao nível técnico-profissional e no Ensino Superior, e, quanto ao acesso, a lei da oferta e da procura acabaria por fazer o que não fez a lei. Ou, nas palavras de Fernando Cascais, já em 1998, “o salto entre o curso liceal completo e o diploma universitário foi dado pela prática, não pelos estatutos”.

Ainda que em Portugal, como em vários outros países, não seja obrigatório ter habilitações ao nível do Ensino Superior (e muito menos na área do jornalismo ou das ciências da comunicação) para se exercer a profissão e que esta possível exigência seja um tema polémico, como tivemos a oportunidade de ilustrar, a verdade é que há um conjunto de dados sociográficos sobre os jornalistas portugueses que atestam uma tendência crescente para os jornalistas serem licenciados e, cada vez mais, nas áreas específicas do jornalismo e da comunicação. Este aspeto tem sido referido por diversos autores, cujas investigações têm, de uma forma ou de outra, passado por esse tema (Fidalgo, 2002; Fidalgo, 2004; Garcia & Castro, 1993; Garcia, 2009b; Rebelo, 2011).

Relativamente ao período de 1984-1987, Garcia (2009a, p. 75) afirma<sup>7</sup> que “em 1984, 28% dos jornalistas tinham a frequência universitária e 20% a licenciatura; passados três anos, em 1987, o nível de escolaridade decrescia para 27,1% quanto ao primeiro patamar e para 19,2% relativamente ao diploma”. Já segundo os dados (do Sindicato dos Jornalistas) de 1988 a 1992, “verifica-se que mais do que duplicaram os efetivos detentores de diploma, sendo que o número de jornalistas com formação em comunicação social mais do que quadruplicou (de apenas 99 em 1988 passaram para 431 em 1992)” (Garcia, 2009a, p. 76). Contudo, em simultâneo, também aumenta o número de jornalistas sem o “curso complementar dos liceus”, pela entrada de mais 241 profissionais nessas condições (embora decresçam, em termos proporcionais).

Para o autor, estamos perante a possibilidade da existência de “dois movimentos de acesso ao jornalismo que foram dando forma à nova contextura do jornalismo profissional português” (Garcia, 2009a, 76-77). Por um lado, há jovens que ingressam precocemente no mundo do trabalho, fazendo-o nos *media*, onde há mais precariedade e desprofissionalização, e acabam por aceder à carteira profissional sem uma escolarização prolongada — a “nova tarimba”. Por outro lado, há uma via claramente associada ao diploma em cursos superiores de jornalismo e comunicação e cursos de perfil profissional (Centro Protocolar de Formação de Jornalistas, em Lisboa, e Centro de Formação de Jornalistas, no Porto). Por esta via começa a profissionalização a vincular-se às habilitações académicas (Garcia, 2009a, p. 77).

Já para o período de 2006-2009, Rebelo et al. (2011, p. 81) referem “um nível elevado das habilitações académicas dos jornalistas habilitados com título profissional” e apontam diversos indicadores: a percentagem dos que se ficam pelo Ensino Básico é irrelevante (1,3% em 2006 e 1,1% em 2009) e, sugerem os autores, tenderá a desaparecer, visto que está associada aos jornalistas mais antigos na carreira; quase um terço tem formação superior; o número de jornalistas com mestrado sobe de 141 em 2006 para 209 em 2009; e com doutoramento

---

7 A partir dos dados de Oliveira, J. M. P (1988). *Formas de 'censura oculta' na imprensa escrita em Portugal no pós-25 de Abril (1974-1987)* [Tese de doutoramento, ISCTE].

crece de 22 em 2006 para 23 em 2009). Também o desemprego parece ser, proporcionalmente, mais frequente junto dos profissionais com menos habilitações académicas. Face a estes dados, conclui-se pela formação universitária:

Decididamente, o tempo do jornalista de tarimba, autodidacta e “com jeito para a escrita”, com “boa voz” ou “boa imagem” está em vias de extinção. Numa profissão onde a técnica assume um papel cada vez mais relevante, exige-se mais. Por outro lado, e pela função determinante que lhes cabe na formação da opinião pública, os jornalistas tornam-se mais vulneráveis. É-lhes assacado o que é e o que não é da sua esfera de responsabilidades. Uma sólida formação, legitimada pela Universidade, funciona então, em simultâneo, como garante de rigor mínimo e como escudo face a eventuais controvérsias. (Rebelo et al., 2011, p. 82)

Um fenómeno que pode explicar alguns destes resultados, para além do aumento das habilitações na entrada, é o regresso/ingresso de jornalistas (alguns em fases sedimentadas da carreira) à escola. Helena de Sousa Freitas (2007) publicou sobre esta matéria um trabalho sugestivamente intitulado “O jornalismo no bolso de trás e na pasta o caderno dos deveres”, e aponta alguns aspetos interessantes que podem caracterizar este fenómeno do regresso dos jornalistas ao ensino, a partir dos relatos de alguns profissionais que optaram por esta via: o facto de não haver um reconhecimento desse esforço ao nível profissional; o facto de as condições de “repórter” e “investigador” não serem antagónicas, mas poderem resultar em benefício uma da outra; o grande esforço pessoal que é necessário para o fazer.

Um passo importante nesta matéria foi dado quando no ano letivo de 1999/2000, e depois de um processo complicado de negociações, foi permitido aos jornalistas não licenciados com o mínimo de 10 anos da profissão entrarem em pós-graduações da área, uma proposta acolhida em primeira mão pelo ISCTE (Freitas, 2007). Mais tarde, a mesma instituição acolheu a possibilidade de jornalistas com um *curriculum* de reconhecido mérito e uma pós-graduação na área entrarem em cursos doutorais. Esta foi uma luta travada pelo sindicato, resultante do reconhecimento da necessidade de investir na formação, como explica Diana Andringa, presidente à altura: “Alguns jornalistas queriam prolongar a formação, pois não tinham podido estudar Jornalismo na sua altura por não haver tal licenciatura em Portugal, e não fazia sentido ingressarem numa licenciatura quando já tinham uma ou duas décadas de profissão” (Freitas, 2007, 10). Atualmente, esta prática está generalizada pelas instituições de Ensino Superior em Portugal.

No início, este “regresso à escola” resultou, essencialmente, de uma necessidade sentida a nível individual e não de uma alteração da perceção da classe jornalística relativamente à mais-valia da formação académica em jornalismo, parece poder dizer-se com alguma segurança que, atualmente, há um interesse genuíno generalizado, entre jornalistas e académicos, em colaborar e um reconhecimento da relevância da formação.

De acordo com dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, que recolhemos em maio de 2022, entre os 5399 jornalistas detentores de Carteira Profissional há 54 doutorados, 363 com um mestrado e 1951 licenciados, o que perfaz 44% de jornalistas detentores de um grau de Ensino Superior. A estes, juntam-se 85 com uma pós-graduação (1,5%) e 1296 (24%) com frequência de um curso de Ensino Superior (ainda que não concluído). Vinte e cinco por cento dos jornalistas têm como habilitação o Ensino Secundário, 4,4% o Ensino Técnico-Profissional e apenas 0,5 têm como habilitação o Ensino Básico. Estes dados confirmam a tendência para as redações integrarem jornalistas com habilitação ao nível do Ensino Superior, bem como a continuidade da formação superior, se atendermos ao crescimento do número de profissionais com um mestrado ou um doutoramento, em relação a 2009 (Rebelo et al., 2011).

Um outro sinal de aproximação entre a academia e as redações veio do 4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses<sup>8</sup>, que se realizou em janeiro de 2017: deu voz aos académicos, com contributos em diversos painéis, e promoveu um ponto de encontro entre os dois mundos, através da criação de um redação multiplataforma, que fez a cobertura jornalística do evento e agregou jornalistas, alunos e professores de 10 universidades e politécnicos<sup>9</sup>. Esta iniciativa haveria de ser propulsora do projeto Repórteres em Construção, que é também um agregador da escola e do mercado.

A ponte tem vindo a ser feita também a partir da colaboração de jornalistas profissionais na formação, através da lecionação de unidades curriculares em cursos do Ensino Superior, como professores convidados; de ex-jornalistas que transitam para a carreira académica; ou ainda pela colaboração esporádica em aulas. Trata-se de uma prática já considerável (Marinho, Coelho e Galvão Jr., 2021), cuja evolução irá por certo marcar o futuro da formação em jornalismo em Portugal, a par de outras que traduzem e reforçam a relação entre as redações e a academia, enquanto eixo da evolução do ensino do jornalismo em Portugal.

### **3. Do passado para o presente, a olhar para o futuro**

Este contributo para a história do ensino do jornalismo em Portugal foi construído tendo em vista a perspetiva de Nerone (2012, p. 23), para quem “a história não é apenas acerca do passado. É acerca da relação entre o presente e o passado. Por causa disto, as histórias têm uma vida útil curta, tão curta como qualquer outro tipo de conhecimento. Admitiu-se por isso, desde logo, que seria “uma” e não “a” história do ensino do jornalismo em Portugal,

8 <https://4congresso.jornalistas.eu>

9 <https://4congresso.jornalistas.eu/media-lab>

padecendo da inevitabilidade de resultar de escolhas e de recortes: de fontes de informação, de visões sobre o mundo, de referências para comparação.

Fomos trazendo este retrato até ao presente, olhando para a evolução das linhas de força que o compõem, nomeadamente a partir da institucionalização do ensino e da evolução da oferta de formação e do papel que a relação entre a classe jornalística e a academia tem tido neste processo, no contexto da evolução de vários outros campos — político, social, cultural e tecnológico —, a par da evolução do próprio jornalismo. Atrevemo-nos, por isso, a um exercício de projeção acerca dos tópicos que ocuparão os debates sobre o ensino do jornalismo em Portugal num futuro próximo. A relação entre as redações e a academia poderá manter-se como marca identitária da evolução do ensino, mas arriscaríamos dizer que as dicotomias “teoria vs prática” e “jornalistas vs académicos” tenderão a deslocar-se do centro do debate, abrindo espaço para a discussão “formação tecnológica vs formação geral”, que já vai tomando forma, entre académicos e jornalistas. Já temos, de resto, defendido a ideia de que o crescimento substancial do peso de disciplinas de base tecnológica nos planos de estudo, como resposta às exigências do processo de digitalização do jornalismo, tem de ser reavaliado (Sánchez-García & Marinho, 2015; Marinho, 2019).

O caminho aberto pela “digitalização” e, mais recentemente, pelo “jornalismo à distância” deverá continuar a trilhar-se, fomentando a discussão em torno do surgimento de novos perfis profissionais e da forma como podem ser ensinados (Sánchez-García, Campos-Domínguez & Berrocal, 2015). Igualmente, mantém-se muito relevante o debate acerca da “diluição de fronteiras” entre o jornalismo e outras áreas do campo da comunicação, tanto do ponto de vista do exercício/acesso à profissão como do ponto de vista dos conteúdos, considerando-se o necessário impacto destas evoluções no ensino do jornalismo.

Finalmente, terminamos lembrando que este é um olhar acerca da história do ensino do jornalismo em Portugal que, na linha defendida por Machado (2020), se constrói tanto a partir dos avanços como dos recuos e dos impasses.

## Bibliografia

- Azgin, B., & Bailie, M. (2009). The cyprriot journalism education landscape. Turkish cyprriot. In G. Terzis (Ed.), *European journalism education* (pp. 229-246). Intellect.
- Barrera, C. (2012). Transatlantic views on journalism education before and after World War II. *Journalism Studies*, 13(4), 534-549. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2011.637722>
- Bødker H. (2018). Journalism history and digital archives. *Digital Journalism*, 6(9), 1113-1120. <https://doi.org/10.1080/21670811.2018.1516114>
- Carey, J. W. (2007). A short history of journalism for journalists: A proposal and essay. *The International Journal of Press/Politics*, 12(1), 3-16. <https://doi.org/10.1177/1081180X06297603>
- Cascais, F. (1998). O jornalismo, o acesso e o estatuto — começar de novo. In 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (pp. 58-63). Sindicato dos Jornalistas.
- Cascais, F. (2004). O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. *Comunicação e Sociedade*, 5, 84-93. [https://doi.org/10.17231/comsoc.5\(2004\).1248](https://doi.org/10.17231/comsoc.5(2004).1248)
- Chalaby, J. (1998). *The invention of journalism*. Palgrave Macmillan.
- Chalaby, J. (2001). Le journalisme: une invention moderne et anglo-américaine. *Swiss Journal of Sociology*, 27(2), 281-295. <http://doi.org/10.5169/seals-814124>
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e mercado. Os novos desafios colocados à formação*. LabCom.
- Coelho, P. (2016a). A dimensão laboratorial do ensino do jornalismo. Editorial. *Media & Jornalismo*, 16(28), 7-12. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_28\\_0.1](https://doi.org/10.14195/2183-5462_28_0.1)
- Coelho, P. (2016b). A formação dos jornalistas no universo digital. In Entidade Reguladora para a Comunicação Social, *Digital Media Portugal — ERC 2015* (49-62). Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Coelho, P., & Marinho, S. (2022). Reporters under construction [REC]: A strategic alliance between students, professors and journalists. In S. Marinho & P. Sánchez-García (Eds.), *Trial and error in journalism and communication education: between the classroom and industry* (pp. 187-202). Cambridge Scholars Publishing.
- Correia, F. (1995). Contributo para o ensino do jornalismo em Portugal. *O Professor*, (44), 53-61.
- Correia, F. (2000). Ensino e investigação do jornalismo em Portugal — elementos para o estudo da sua evolução. *Jornalismo & Jornalistas*, (1).
- Correia, F., & Baptista, C. (2005). O ensino e a valorização profissional do jornalismo em Portugal (1940/1974). *Cultura — Revista de História e Teoria das Ideias*, 21, 233-256. <https://doi.org/10.4000/cultura.3308>
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas. Do ofício à profissão*. Caminho.
- Ferreira, V. (2005). Formação em jornalismo, um tempo para aprender. *Jornalismo & Jornalistas*, 21.
- Fidalgo, J. (29-30, outubro de 2022). *O meio jornalístico no Portugal de hoje: evoluções recentes e dilemas persistentes*. I Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos. Santiago de Compostela, Espanha.
- Fidalgo, J. (2004). Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. *Comunicação e Sociedade*, 5, 63-74. [https://doi.org/10.17231/comsoc.5\(2004\).1246](https://doi.org/10.17231/comsoc.5(2004).1246)
- Fidalgo, J. (2008). *O jornalista em construção*. Porto Editora.
- Folkerts, J. (2014). History of journalism education. *Journalism & Communication Monographs*, 16(4), 227-299. <https://doi.org/10.1177/1522637914541379>
- Freitas, H. S. (2007). O jornalismo no bolso de trás e na pasta o caderno dos deveres. *Jornalismo & Jornalistas*, 32, 6-16.
- Fröhlich, R., & Holtz-Bacha, C., (Eds.).(2003). *Journalism education in Europe and North America — An international comparison*. Hampton Press.
- Garcia, J. L. (Ed.).(2009a). Estudos sobre os jornalistas portugueses. Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L. (2009b). Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática. In J. L. Garcia (Ed.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do séc. XXI* (pp. 63-91). Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, L., & Castro, J. (1993). Os jornalistas portugueses. Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia — Problemas e Práticas*, (13), 93-114. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=272>
- Graça, S.M. (2009). Os problemas-chave de ingresso no jornalismo. In J. L. Garcia (Ed.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do séc. XXI* (pp. 133-168). Imprensa de Ciências Sociais.
- Gunaratne, S. A. (2001). Paper, printing and the printing press: A horizontally integrative macrohistory analysis. *International Communication Gazette*, 63(6), 459-479. <https://doi.org/10.1177/0016549201063006001>
- Hannis, G. (2017). Journalism education in New Zealand: Its history, current challenges and possible features. *Asia Pacific Media Monitor*, 27(2), 233-248. <https://doi.org/10.1177/1326365X17728823>
- Machado, A. (2020). The Lisbon International Congress of the Press: the dawn of professional journalism. *Estudos Ibero-Americanos*, 46(2), 1-17. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2020.2.34753>
- Marcos, L. H. (1997). El “punt zero” després de Lisboa, 1898. *Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura*, (21), 235-247. <https://raco.cat/index.php/Analisi/article/view/14972>
- Marinho, S. (2015). *Jornalismo e formação em mudança: modelos e construções na análise do caso português*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Marinho, S. (2019). As fake news dos jornalistas: a formação em ciências sociais e humanas como estratégia de verificação. In J. Figueira & S. Correia (Orgs.), *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marinho, S., Coelho, P., & Galvão Jr., L. (2021). O ensino da reportagem em Portugal e no Brasil. In P. Coelho, A. I. Reis & L. Bonixe (Eds.), *Manual de Reportagem* (pp. 95-120). LabCom.
- Marinho, S., & Sánchez-García, P. (2020). Historia de la enseñanza del periodismo en España y Portugal: una línea de tiempo con paralelismos y contrastes. *Cuadernos.info*, (47), 138-161. <https://doi.org/10.7764/cdi.47.1781>
- Matthew S. W., & Philip M. N. (2018). Journalism history, web archives, and new methods for understanding the evolution of digital journalism. *Digital Journalism*, 6(9), 1186-1205. <https://doi.org/10.1080/21670811.2018.1510293>

- Mesquita, M. (1995, Setembro 22-23). *L'enseignement du journalisme au Portugal — Le miracle de la multiplication des cours*. Texte présenté dans Sigma — Communication Sciences Meeting, Siena, Itália.
- Mesquita, M., & Ponte, C. (1997). Situação do ensino e da formação profissional na área do jornalismo. Representação da Comissão Europeia em Portugal, <http://bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html>
- Nerone, J. (2010). Genres of journalism history. *The Communication Review*, 13(1), 15-26. <https://doi.org/10.1080/10714420903558639>
- Papathanassopoulos, S. (2009). The mediterranean/polarized pluralist media model countries. In G. Terzis (Ed.), *European journalism education* (pp. 217-230). Intellect.
- Pinto, M., & Marinho, S. (2009). The portuguese journalism education landscape. In G. Terzis (Ed.), *European journalism education* (pp. 303-317). Intellect.
- Pinto, M., & Sousa, H. (2003). Journalism education at universities and journalism schools in Portugal. In R. Fröhlich e Ch. Holtz-Bacha (Eds.), *Journalism education in Europe and North America* (pp. 169-186). Hampton Press.
- Rebelo, J. (Coord.) (2011). *Ser jornalista em Portugal. Perfis sociológicos*. Gradiva.
- Salaverria, R. (2019). Digital journalism: 25 years of research. Review article. *El profesional de la información*, 28(1). <https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.01>
- Sánchez-García, P., Campos-Domínguez, E., & Berrocal, S. (2015). Las funciones inalterables del periodista ante los perfiles multimedia emergentes. *Revista Latina de Comunicación Social*, (70), 187-208. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2015-1042>
- Sánchez-García, P., & Marinho, S. (2015). La enseñanza universitaria encaminada a la especialización y al recorte de humanidades: estudio de caso de la titulación de periodismo en España y Portugal. *RIESED — Revista Internacional de Estudios sobre Sistemas Educativos*, 2(5), 17-36. <http://www.riesed.org/index.php/RIESED/article/view/69>
- Sánchez-García, P., & Marinho, S. (2016). La formación digital en los programas de periodismo de España y Portugal. *Andamios. Revista de Investigación Social*, 13(31), 339-361. <https://doi.org/10.29092/uacm.v13i31.439>
- Scott, B. (2005). A contemporary history of digital journalism. *Television & New Media*, 6(1), 89-126. <https://doi.org/10.1177/1527476403255824>
- Sindicato dos Jornalistas. (Ed.). (1982). *1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (Livro de Atas)*. Sindicato dos Jornalistas.
- Sindicato dos Jornalistas. (Ed.). (1986). *2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (Livro de Atas)*. Sindicato dos Jornalistas.
- Sindicato dos Jornalistas. (Ed.). (1998). *3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (Livro de Atas)*. Sindicato dos Jornalistas.
- Sobreira, R. M. (2003). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media & Jornalismo*, (3), 67-87. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-05-Rosa-Sobreira.pdf>
- Sousa, J. P., Silva, N., Delicato, M., Silva, G., e Duarte, C. (2007). Indicadores de produção bibliográfica portuguesa sobre jornalismo até à Revolução de 25 de Abril de 1974. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-indicadores-de-producao.pdf>
- Stober, R. (2004). What media evolution is — A theoretical approach to the history of new media. *European Journal of Communication*, 19(4), 483-505. <https://doi.org/10.1177/0267323104049461>
- Terzis, G. (Ed.). (2009). *European journalism education*. Intellect.
- Valente, J. C. (1998). *Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses — Parte I (1834-1934)*. Sindicato dos Jornalistas.
- Weber, M. S., & Napoli, P. M. (2018). Journalism history, web archives, and new methods for understanding the evolution of digital journalism. *Digital Journalism*, 6(9), 1186-1205. <https://doi.org/10.1080/21670811.2018.1510293>

## Nota biográfica

**Sandra Marinho** é Professora Auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

**Ciência ID:** 3919-9DF6-6E88

**ORCID ID:** 0000-0003-2013-229X

**Scopus Author ID:** 55152611000

**Morada:** Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Ciências da Comunicação, Campus de Gualtar, 4710-057, Braga, Braga, Portugal